

Um debate que parece pura perda de tempo

O gosto dos economistas pelos debates intermináveis em torno de teorias diferentes ou acerca da melhor maneira de resolver um problema na área de sua especialidade é irrestritamente saudável. Mas quando esse problema é o da inflação descontrolada, como a que está acontecendo no Brasil, esses debates e os altos vôos teóricos sobre a eficiência ou não desta ou daquela política, de um choque ortodoxo ou heterodoxo etc., acabam-se transformando em pura perda de tempo, pois a esta altura da crise que nos flagela está absolutamente comprovado que a **causa mais importante do nosso processo inflacionário já não é de natureza econômica**. Ela tem muito mais a ver com a nossa **cultura política** do que com os conceitos e modelos da ciência de Adam Smith, David Ricardo, John Maynard Keynes e Milton Friedman...

Não é sem razão que um economista respeitado como o professor Edmar Bacha afirma que seus colegas "estão discutindo o sexo dos anjos, querendo definir se devem ou não circular duas moedas, se a conversão de uma para outra moeda deve ou não terminar no quarto mês", acrescentando que, mesmo se tratando de assuntos que os economistas devem discutir profissionalmente, isto está ocorrendo enquanto o país enfrenta a sua pior inflação e a sociedade e os políticos estão apresentando propostas em que se vê uma "despreocupação com o problema".

Os próprios economistas, que já estão longe de um consenso sobre a melhor tática para enfrentar uma inflação que já vai chegando aos 30% ao mês, são unâmes no reconhecimento dessa verdade: seja qual for a fórmula de solução do problema a primeira condição do seu êxito seria a firmeza e a seriedade do governo na sua aplicação.

Quanto às fórmulas de solução, há para todos os gostos. O ortodoxo Paulo Guedes, economista do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC), do Rio de Janeiro, por exemplo, acha que uma inflação como a brasileira só pode ser derrubada com um "drástico choque". Além disso, ele incluiria em seu plano o fim dos incentivos, subsídios e isenções fiscais; o corte de custeio do setor público, com a eliminação dos funcionários fantasmas e da acumulação de empregos públicos e o fechamento de órgãos como o IBC, IAA e Embratur; e a privatização das estatais. Para Guedes, o valor atual de mercado dessas empresas é de US\$ 50 bilhões (US\$ 120 bilhões de ativo e US\$ 70 bilhões de dívidas). Considerando que o setor privado está girando **no overnight** quase US\$ 70 bilhões, diz ele, há recursos para a compra das estatais. No plano do economista, preços e salários ficariam por conta de um acordo entre empresários e trabalhadores, e o governo só pagaria 70% dos juros da dívida externa.

O ex-ministro Simonsen, por sua vez, sustenta que o corte do déficit público, a desindexação da economia e uma política monetária mais rígida constituem o ponto de partida de qualquer programa bem-sucedido de combate à inflação. Para ele, o governo já conseguiu algum êxito na área do controle do déficit, porém nada fez em relação à política monetária. Já o ex-secretário de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, Luís Gonzaga Belluzzo, preocupado com a ameaça de hiperinflação, acha que o governo deve adotar medidas drásticas, entre elas um novo congelamento de preços, a fixação de metas para os gastos públicos e o controle de preços e salários, ou seja, algo muito parecido com o Plano Cruzado, do qual foi um dos autores. Segundo ele, "um choque ortodoxo não seria suficiente, porque há muito pouca coisa a fazer na política monetária".

Bem diferente é a receita de outro "pai" do Cruzado, o economista André Lara Rezende. Para ele, um choque ortodoxo é o que dará certo, pois não existe mais possibilidade de um novo congelamento, que seria inócuo. O combate gradual à inflação também não funcionaria, sobretudo numa situação de índices inflacionários tão altos como os vigentes. O Plano Real, de autoria do economista Francisco Lopes e do deputado Osmundo Rebouças, do PMDB, é criticado por Simonsen pelos problemas que poderiam surgir em virtude da circulação simultânea do "real" e do cruzado. Além disso, o limite para a emissão da nova moeda seria uma espécie de camisa-de-força para os gastos do governo.

Lara Rezende, com razão, observa que seria muito mais fácil, em vez de criar uma nova moeda, impedir o governo de gastar o que não pode. Este ponto de vista do ex-diretor do BC, complementado pela opinião de que o ministro Maílson da Nóbrega "ainda é uma pequena âncora de estabilidade nesse mar turbulento", revela uma compreensão do verdadeiro problema, pois é sabido que o ministro da Fazenda se encontra sob violenta pressão dos governadores do PMDB e do próprio Palácio do Planalto, para não falar do ministro Aureliano Chaves, justamente por representar uma débil tentativa de fazer o que Lara Rezende sugere: **impe dir o governo de gastar o que não pode...**

Na verdade, depois da revolta dos governadores deflagrada na semana passada e da afirmação do sr. Orestes Quércia de que a rolagem da dívida externa dos Estados é fundamental para o desempenho do candidato do PMDB à sucessão presidencial, qualquer discussão acadêmica sobre as medidas mais eficientes para combater o processo inflacionário torna-se apenas um mero exercício intelectual, pois está mais óbvio do que nunca que a sua principal causa é política.

E para esta causa não há nenhum remédio nos textos especializados do monetarismo e do estruturalismo.